Qwen

Portugal no Limite: Por Que a Sustentabilidade do SNS Não Depende dos Imigrantes

A Crise Persistente do Acesso Universal à Saúde: Pessoas Portuguesas Sem Médico de Família

A atribuição de um médico de família (MF) é um pilar fundamental do modelo português de Serviço Nacional de Saúde (SNS), concebido para garantir o acesso universal e equitativo aos cuidados de saúde através de uma primeira linha de cuidados robusta e integradora. Contudo, a análise dos dados mais recentes revela uma crise sistémica nesta área, caracterizada por um número crescente de cidadãos portugueses sem um ponto de contacto definido com o sistema de saúde. Esta situação não é apenas um indicador de uma falha de gestão, mas também um sintoma de uma sobrecarga generalizada que compromete a eficiência e a qualidade do próprio serviço público de saúde. Os dados quantificam a magnitude desta crise, mostrando uma tendência preocupante que se intensificou após o período pré-pandemia.

As estatísticas mais atualizadas apontam para uma proporção significativa da população a carecer deste serviço básico. Em 2023, cerca de 15,8% da população portuguesa não tinha sido atribuída a um médico de família [20]. Este valor traduz-se num número concreto de indivíduos vulneráveis e sem acompanhamento regular. As projeções para o início de 2025 amplificam ainda mais a gravidade da situação, prevendo que 1,6 milhão de pessoas, o que corresponde a 15% da população total do país, continuariam a viver sem um MF designado [10]. Outras fontes corroboram esta tendência ascendente, referindo que o número de utentes do SNS sem um GP designado aumentou nas últimas décadas, destacando que em 2023 a percentagem de pacientes sem atribuição estava ligeiramente superior à registada em 2009 e, crucialmente, significativamente acima dos níveis de 2019, ano anterior à pandemia de COVID-19 [11] [20]. Esta reversão da tendência positiva observada antes de 2019 indica que as medidas tomadas foram insuficientes para resolver a raiz do problema.

A análise da evolução temporal desta problemática revela uma deterioração contínua. Enquanto em 2019 a percentagem de pessoas sem MF era inferior à de 2023, o aumento

desde então demonstra uma falha persistente em expandir a capacidade do sistema de cuidados primários para acompanhar a procura [20]. A própria existência de uma campanha para mais de um milhão de utentes atualizarem os seus dados no Registo Nacional de Utentes até julho sugere potenciais problemas de gestão e atribuição que podem estar relacionados com esta crise de cobertura [9]. A falta de um MF não é apenas uma questão de conveniência; tem implicações profundas para a saúde individual e coletiva. A sua ausência leva a uma maior vulnerabilidade, especialmente entre grupos frágeis como crianças, idosos e populações com menor capital socioeconómico, que perdem oportunidades cruciais para rastreios, prevenção e gestão integrada de doenças crónicas [8]. Adicionalmente, a falta de um ponto de entrada funcional no sistema incentiva o recurso excessivo e inadequado aos serviços de urgência hospitalar, que são assistencialmente mais caros e menos eficientes para tratar condições que poderiam ser geridas de forma preventiva e ambulatorial [12].

A causa fundamental desta crise reside numa disfunção estrutural e orçamental, e não numa questão demográfica simples. Apesar de haver uma expansão recente da rede de cuidados primários, esta tem sido manifestamente insuficiente para responder à procura crescente [11]. A sobrecarga do sistema resulta num défice crónico de recursos humanos qualificados e na dificuldade em expandir a capacidade instalada de forma adequada e coordenada. A geografia de Portugal não é homogénea neste contexto. A distribuição populacional, concentrada principalmente nas regiões NUTS II do Norte (34,7 % da população), Lisboa e Vale do Tejo (26,6 %) e Centro (22,4 %), cria zonas de maior pressão nos serviços de saúde nestas áreas [23]. Embora as fontes fornecidas não detalhem a distribuição regional específica do problema do acesso ao MF, é lógico inferir que as regiões mais densamente povoadas enfrentam desafios particulares para garantir a cobertura primária para toda a sua população. A colaboração entre municípios através das Comunidades Intermunicipais (CIM), organizadas ao nível NUTS 3, é uma ferramenta estratégica para abordar estas disparidades, mas a sua eficácia depende de uma alocação orçamental e de uma gestão central eficazes [24].

Em suma, a questão do acesso ao médico de família em Portugal é um problema endógeno e sistémico, exacerbado pela sobrecarga do SNS e pela incapacidade de expandir a capacidade de cuidados primários. Afeta diretamente a população residente, independentemente da sua nacionalidade, e representa uma falha estrutural que compromete os princípios fundamentais do serviço público de saúde. A solução requer um investimento estratégico e sustentado na primeira linha de cuidados, focado na requalificação da oferta, no recrutamento e retenção de profissionais e na implementação de modelos de atenção centrados no paciente para mitigar a pressão sobre os hospitais e melhorar os resultados de saúde a longo prazo.

Indicador	Valor / Descrição	Fonte(s)
Proporção de População sem MF (2023)	15,8%	20
Projeção de População sem MF (Início de 2025)	1,6 milhão de pessoas (15%)	10
Evolução Comparativa (sem MF)	> 2019; ≈ 2009	20
Causa Principal do Problema	Capacidade instalada insuficiente para acompanhar a procura	11
Consequência Assistencial Direta	Aumento do uso de serviços de urgência hospitalar	12
Foco Estratégico Recomendado	Reforço da rede de cuidados primários e gestão integrada	8

O Perfil dos Beneficiários Estrangeiros do SNS: Universalidade Legal versus Realidade de Acesso

O acesso aos serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal é formalmente universal, estendendo-se a qualquer pessoa legalmente residente no território, independentemente da sua nacionalidade. Esta filosofia constitucional é materializada na obrigação de todos os residentes, tanto nacionais como estrangeiros, de se registarem junto de uma unidade de saúde local, como um centro de saúde ou uma unidade de saúde familiar (USF), no seu lugar de residência [42]. Consequentemente, todos os beneficiários estrangeiros que não possuem um seguro de saúde privado e que cumprem os requisitos de legalidade de residência são, por definição, usuários do SNS. No entanto, a realidade da sua integração e do acesso efetivo a estes serviços é muito mais complexa e heterogénea do que a sua proteção legal sugere. A experiência destes utentes varia significativamente com base em múltiplos fatores, incluindo a situação legal de residência, nível de escolaridade, fluência linguística e capacidade de navegar no sistema burocrático português.

Os dados disponíveis permitem identificar um perfil de beneficiários estrangeiros heterogéneo. Um grupo significativo é composto por trabalhadores migrantes, alguns dos quais podem ser sobrequalificados para as funções que desempenham [14]. Estes trabalhadores, muitos dos quais provêm de outros países da União Europeia (UE), beneficiam do regime de coordenação da segurança social europeia, que visa facilitar a mobilidade laboral e a proteção social associada [4]. No entanto, a situação não é uniforme. Migrações laborais recentes, embora importantes para a economia portuguesa, nem sempre se traduzem numa integração plena nos sistemas de proteção social [3]. Outros grupos de imigrantes, como aqueles provenientes de países terceiros, podem

enfrentar barreiras adicionais. Estudos internacionais indicam que migrantes irregulares ou aqueles com menor nível de escolaridade tendem a ter menores níveis educativos e podem ser alvo de exploração laboral, o que está frequentemente ligado ao trabalho não declarado [27] [29]. A existência de um grande número de adultos e crianças sem acesso ao registo de nascimento ou ao Bilhete de Identidade é uma barreira administrativa séria para a integração completa nos sistemas de proteção social, embora o acesso ao SNS possa ser um primeiro ponto de contacto com a administração pública [31].

A ligação entre o acesso ao SNS e à segurança social é intrínseca, embora mediada pela situação laboral e de residência. Para além do acesso direto aos serviços de saúde, muitos direitos sociais e de saúde dependentes do sistema de segurança social exigem um histórico de contribuições. Políticas como as que regulam a mobilidade laboral intra-europeia e os acordos bilaterais de segurança social tentam criar mecanismos para garantir a continuidade dos direitos e a portabilidade das contribuições ao longo das fronteiras [4] [28]. No entanto, a aplicação prática destes acordos pode ser complexa e nem sempre transparente, sendo difícil distinguir os beneficiários por nacionalidade nos dados agregados [28]. Além disso, a existência de fluxos de trabalhadores temporários pode criar situações onde as contribuições sociais pagas em Portugal são inferiores às de um trabalhador permanente, o que pode ser visto como uma vantagem competitiva para certos empregadores, embora contrarie os princípios de justiça social [30].

A experiência de acesso ao SNS é, portanto, multifacetada. Enquanto a lei garante o direito, a eficácia deste direito é condicionada por barreiras contextuais. A fluência na língua portuguesa é um fator determinante para a comunicação com os profissionais de saúde e para a compreensão de instruções médicas. Barreiras administrativas, como a necessidade de documentos específicos ou a complexidade dos procedimentos de agendamento online, podem excluir aqueles que não estão familiarizados com o sistema. A situação legal de residência é outro fator crítico; enquanto os residentes legais têm acesso pleno, os migrantes irregulares podem evitar procurar cuidados de saúde devido ao medo de serem detidos ou deportados, mesmo que o SNS seja tecnicamente acessível. Esta dinâmica cria disparidades na qualidade e continuidade do cuidado recebido, com consequências negativas para a saúde pública em geral, uma vez que doenças não tratadas podem propagar-se na comunidade. A existência de Ordinâncias que regulamentam os processos de autorização de residência e definem taxas e compensações visa formalizar este processo, mas a sua eficácia na prática depende da capacidade administrativa e da sensibilidade cultural dos serviços de saúde [43].

Em resumo, os beneficiários estrangeiros do SNS sem seguro de saúde privado não formam um grupo monolítico. A sua experiência de acesso aos serviços de saúde é

moldada por um conjunto complexo de fatores socioeconómicos, legais e culturais. Embora o direito ao SNS seja universal e constitucionalmente garantido, a sua concretização prática é desigual. Para transformar este direito em um acesso efetivo e equitativo, são necessárias políticas públicas que vão além da mera proteção legal, abordando as barreiras linguísticas, administrativas e socioeconómicas que impedem a integração plena destes cidadãos no sistema de saúde português.

Contribuições para a Segurança Social: Um Olhar Detalhado sobre a Contribuição dos Trabalhadores Estrangeiros

A contribuição dos trabalhadores estrangeiros para o sistema de segurança social de Portugal é um tema de debate público intenso, frequentemente caricaturado numa narrativa simplista. Uma análise factual e detalhada, contudo, revela uma realidade muito mais matizada e complexa. Os dados confirmam que os trabalhadores estrangeiros são contribuintes significativos, cujas contribuições sociais são essenciais para o funcionamento do sistema. As suas contribuições são já suficientes para financiar cerca de 17% das pensões e reformas em Portugal [44]. As contribuições para a segurança social são pagas compulsoriamente por todos os trabalhadores dependentes, seja a sua nacionalidade, conforme define a sua natureza como pagamento obrigatório que confere direito a futuros benefícios [2]. Em Portugal, as regras gerais não estipulam um teto máximo para as contribuições sociais, o que significa que os rendimentos mais elevados, se provenientes de trabalhadores estrangeiros, contribuem proporcionalmente mais para o sistema [45].

Para compreender a escala e a importância destas contribuições, é útil desagregar os dados por grupos geográficos de nacionalidade. Esta análise permite identificar os principais contribuintes e contextualizar o seu impacto no sistema. Os dados de 2023 indicam que a comunidade angolana é a maior comunidade estrangeira em Portugal, seguida por outras nacionalidades significativas [18]. O volume de contribuições provenientes de cada grupo depende não só do tamanho da sua população ativa, mas também das suas taxas de emprego e dos níveis de remuneração. Os trabalhadores originários da União Europeia (UE) representam um pilar fundamental do sistema, beneficiando do regime de coordenação da segurança social europeia que facilita a mobilidade laboral e a manutenção dos direitos acumulados [4]. A recente alta inflamação de trabalhadores temporários da UE para Portugal, que se destacou em 2022

e 2023, sublinha a importância crescente destas contribuições para a economia e para o sistema de segurança social [3] [13]. Além dos PALOP, existem comunidades de origem diversa, como marroquinos, ucranianos e outros, que também contribuem ativamente para o sistema [38]. A existência de projetos de cooperação, como o ACTION/Portugal, que visa fortalecer os sistemas de proteção social em Angola e outros PALOP, evidencia a importância estratégica destas parcerias na gestão dos fluxos migratórios e das suas consequências para a segurança social [17] [19].

A tabela seguinte resume o estado da questão, contrastando a contribuição dos estrangeiros com as outras forças que sustentam o sistema, ilustrando por que a ideia de uma dependência exclusiva é uma falácia.

Componente de Sustentabilidade	Descrição	Impacto no Sistema
Contribuintes Estrangeiros	Pagam contribuições sociais compulsórias [2].	Contribuem para ~17% das pensões [44]; vital para a sustentabilidade do sistema de prestações de curto e médio prazo.
Contribuintes Nacionais	Maioria absoluta dos trabalhadores dependentes e contribuintes.	Constituem a base principal e incontornável da arrecadação de receitas do sistema de segurança social.
Demografia Estrutural	Envelhecimento populacional e baixa taxa de natalidade [3].	Exerce uma pressão demográfica massiva sobre o sistema de pensões, independentemente das contribuições estrangeiras.
Produtividade e Crescimento Económico	Capacidade da economia de gerar riqueza e aumentar a eficiência.	Influencia a capacidade do sistema de gerir as suas obrigações; pode ser impactada pela presença de trabalhadores estrangeiros [25].
Política Fiscal e Governação	Receitas fiscais gerais e decisões políticas sobre o sistema.	Financiamento suplementar e decisão sobre reformas estruturais necessárias para a longo prazo.

É crucial entender que a contribuição dos estrangeiros não é uma solução isolada, mas sim um componente crítico num ecossistema financeiro e social mais vasto. A sua importância reside principalmente na mitigação das pressões demográficas. Portugal enfrenta um envelhecimento rápido da população, com uma queda acentuada nas taxas de natalidade [3]. Isto significa que a relação entre o número de trabalhadores ativos (contribuintes) e o número de pensionistas (beneficiários) está a deteriorar-se. Os trabalhadores estrangeiros, muitos dos quais jovens e inseridos no mercado de trabalho, ajudam a contrabalançar esta tendência, aumentando o número de contribuintes e alongando a idade média da força de trabalho. Eles não substituem a necessidade de reformas estruturais, como ajustes nas regras de acesso às pensões, mas compram tempo valioso para que estas reformas possam ser implementadas de forma gradual e menos disruptiva.

No entanto, esta contribuição positiva não é automaticamente convertida em benefícios para todos os imigrantes. A sua capacidade de aceder a direitos como pensões ou

subsídios de desemprego depende da duração e legalidade da sua residência e trabalho em Portugal. A existência de fluxos de trabalhadores temporários pode implicar que algumas destas contribuições não se traduzam numa eventual aposentação em Portugal, mas sim numa prestação temporária de desemprego ou numa futura pensão numa outra jurisdição, dependendo dos acordos de segurança social em vigor [28] [35]. Portanto, a contribuição dos estrangeiros é uma força vital para a saúde financeira do sistema de segurança social português, mas ela funciona dentro de um quadro macroeconómico e demográfico mais amplo que continua a exigir uma gestão prudente e reformas estruturais corajosas por parte do Estado.

A Questão da Sustentabilidade Financeira do SNS: Projeções, Pressões Demográficas e Orçamentais

A sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal representa um dos desafios mais urgentes e complexos para o futuro do país. A sua viabilidade não está ameaçada por uma única causa, mas sim por uma convergência sinistra de fatores demográficos, assistenciais e orçamentais que exercem uma pressão crescente sobre os cofres públicos. Embora a discussão sobre a contribuição dos imigrantes seja relevante, ela ocupa um espaço secundário em comparação com as forças estruturais que moldam a trajetória financeira do sistema. A ausência de uma data-limite precisa para a "falência" do SNS não deve ser interpretada como uma ausência de risco; pelo contrário, sugere a existência de projeções complexas e cenários variáveis, tal como referenciado em análises económicas como a "TBB 2026 - Portugal" [45]. A análise destas projeções, mesmo que os detalhes não sejam publicamente disponíveis, deve basear-se na modelação de cenários que capturem as principais tendências subjacentes.

A pressão assistencial é, sem dúvida, um dos motores mais poderosos desta crise. Esta pressão dual, decorrente tanto de uma procura crescente pelos serviços de saúde como de um aumento nos custos desses mesmos serviços, é um desafio constante para o SNS [11] [12]. A primeira componente, a procura, é impulsionada por duas tendências demográficas interligadas: o envelhecimento da população e o aumento da prevalência de doenças crónicas. Uma população mais velha consome mais cuidados de saúde, tanto por razões naturais como pelo maior risco de desenvolver patologias como diabetes, doenças cardiovasculares e cancro. A segunda componente, a pressão de custos, é alimentada por avanços tecnológicos que, embora cruciais para a melhoria da saúde, tendem a ser dispendiosos. A digitalização da saúde, a introdução de novos medicamentos de alto

custo e a modernização dos equipamentos hospitalares exigem investimentos significativos que competem com o orçamento operacional do sistema.

Paralelamente a esta pressão assistencial, o sistema enfrenta uma crescente pressão orçamental derivada da sua própria estrutura e da sua gestão. Como foi anteriormente analisado, a crise do acesso ao médico de família é um sintoma visível desta sobrecarga [10] [20]. A falta de uma primeira linha de cuidados eficaz leva a que problemas de saúde que poderiam ser tratados de forma precoce e menos dispendiosa se arrastem até atingirem um estado mais grave, culminando em consultas de urgência e hospitalizações de encargos elevados. Este modelo reativo é financeiramente insustentável a longo prazo. A gestão do SNS também é desafiada pela necessidade de modernização, recrutamento e retenção de pessoal qualificado, e pela necessidade de otimizar a utilização de recursos para evitar desperdícios. A eficiência e a produtividade no setor da saúde são, portanto, variáveis críticas nos modelos de sustentabilidade.

As projeções sobre a sustentabilidade do SNS são tipicamente construídas através de cenários que modelam diferentes combinações destas forças. Um cenário de referência, baseado na continuação das tendências demográficas atuais, provavelmente indicaria uma deterioração gradual dos saldos financeiros do sistema, com um aumento progressivo da percentagem do PIB dedicada aos cuidados de saúde. Para contrapor esta tendência, os analistas e formuladores de políticas consideram outros cenários:

- **Cenário de Produtividade:** Avalia o impacto de melhorias na eficiência, digitalização e gestão do sistema. Aumentos na produtividade, obtidos através da automação de processos, da implementação de históricos clínicos eletrónicos e da otimização da cadeia de cuidados, podem aliviar a pressão orçamental, permitindo mais cuidados com os mesmos recursos.
- **Cenário de Pressão Assistencial:** Modela o impacto de choques externos, como novas pandemias, a emergência de patologias de alto custo ou mudanças nos padrões de doença. Estes cenários ajudam a avaliar a resiliência do sistema face a eventos imprevisíveis.
- **Cenário de Recrutamento e Gestão de Pessoal:** Analisa o impacto de estratégias para recrutar e reter profissionais de saúde, incluindo a atracção de talento internacional. Um sistema bem dotado de pessoal é mais eficiente e capaz de lidar com a carga assistencial, reduzindo as filas de espera e a sobrecarga nos hospitais.

A análise destes cenários revela que a viabilidade do SNS depende de uma abordagem multifacetada. Investimentos em cuidados primários para aliviar a carga nos hospitais são a estratégia mais económica e eficaz para gerir a pressão demográfica. A revitalização da rede de cuidados na comunidade, com um foco na prevenção e na gestão integrada de

doenças crónicas, é fundamental para mudar a cultura do sistema de reativa para proativa. Além disso, a otimização de recursos através da transição digital, a negociação centralizada de preços para medicamentos e a promoção de práticas clínicas baseadas em evidências são medidas cruciais para controlar os custos. Finalmente, a sustentabilidade a longo prazo do sistema dependerá igualmente de políticas macroeconómicas que promovam o crescimento económico e a produtividade, pois estas são a fonte última de fundos para o investimento e o financiamento do serviço público de saúde.

A Falácia da Sustentabilidade Isolada: Uma Análise Crítica da Contribuição dos Imigrantes

A ideia de que os imigrantes, por si sós, "sustentam" o sistema de segurança social e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal é uma simplificação enganadora que obscurece a verdadeira complexidade da situação e ignora os fatores estruturais que governam a sustentabilidade de qualquer sistema de bem-estar social. Embora os dados demonstrem inequivocamente que os trabalhadores estrangeiros são contribuintes extremamente valiosos e necessários, apresentá-los como a única âncora de salvamento para um sistema em crise é uma falácia que desvia a atenção de problemas mais profundos e de soluções mais abrangentes. A sustentabilidade do sistema em Portugal, tal como noutros países desenvolvidos, depende de um delicado equilíbrio entre múltiplas variáveis, das quais a contribuição dos imigrantes é apenas uma, embora importante, peça do puzzle.

A principal falha desta narrativa reside na sua natureza binária e excludente. Ela opera numa dicotomia artificial entre "nacionais" e "imigrantes", ignorando o facto de que os trabalhadores portugueses continuam a constituir a maioria absoluta dos contribuintes para a Segurança Social. As contribuições sociais são pagas compulsoriamente por todos os trabalhadores dependentes, independentemente da sua nacionalidade, e a base de contribuição em Portugal não é limitada, o que significa que os rendimentos mais elevados dos trabalhadores nacionais também pesam significativamente na balança financeira do sistema [2] [45]. A ideia de que o sistema seria insolvente sem os imigrantes minimiza a magnitude e a importância das contribuições dos cidadãos portugueses, que são, e continuarão a ser, o pilar fundamental da sua arrecadação de receitas.

Além disso, a falácia ignora a força motriz mais poderosa e estrutural que ameaça a sustentabilidade do sistema de pensões: a demografia. Portugal, assim como muitos outros países europeus, está a atravessar um processo acelerado de envelhecimento

populacional, impulsionado por uma baixa taxa de natalidade e um aumento da esperança de vida [3]. Esta dinâmica demográfica altera radicalmente a relação entre a população economicamente ativa (contribuintes) e a população dependente (pensionistas). Independentemente do número de imigrantes que entra no país, a tendência demográfica subjacente de envelhecimento irá continuar a exercer uma pressão maciça sobre as finanças públicas. Os imigrantes ajudam a mitigar esta pressão, especialmente ao introduzirem uma força de trabalho mais jovem e ativa, mas eles não eliminam a causa fundamental do problema demográfico. Ver os imigrantes como uma panaceia para um problema de longo prazo e estrutural é uma forma de procrastinação política que adia a necessidade de reformas profundas e necessárias, como a progressiva alargamento da idade de reforma e a revisão das regras de cálculo das pensões.

A análise crítica deve, portanto, situar a contribuição dos imigrantes no seu contexto macroeconómico e político. A sua contribuição é vital para várias razões. Primeiro, ajuda a preencher lacunas de mão-de-obra em setores críticos, contribuindo para o crescimento económico. Um crescimento económico mais forte, por sua vez, aumenta a massa de rendimentos sujeita a contribuição, enriquecendo o sistema de segurança social [25]. Segundo, como mencionado, ajudam a amortecer a queda da relação de dependência demográfica. Terceiro, os seus próprios direitos sociais, quando acumulados em Portugal, criam laços de integração e um interesse no funcionamento sustentável do sistema. No entanto, a sua contribuição não é infinita nem ilimitada. A capacidade de Portugal de atrair e reter trabalhadores qualificados é influenciada por fatores como a estabilidade política, a qualidade do ambiente de negócios e a eficiência dos serviços públicos. Se o SNS e a segurança social forem percecionados como ineficientes ou em colapso, isso poderá dissuadir talentos qualificados de se estabelecerem em Portugal.

Em conclusão, a contribuição dos imigrantes é uma força positiva e necessária, mas não é a única força. A sustentabilidade do SNS e da segurança social em Portugal depende de um ecossistema complexo de interações. Requer um esforço concertado que inclua: 1. **Manter e Fortalecer as Contribuições Nacionais:** Garantir a plena ocupação e a progressão salarial dos trabalhadores portugueses. 2. **Implementar Reformas Estruturais Demográficas:** Adotar medidas pragmáticas para gerir o envelhecimento, como ajustes graduais na idade de reforma. 3. **Promover o Crescimento Económico e a Produtividade:** Criar as condições para um crescimento económico sustentado que gere as receitas necessárias para financiar o bem-estar social. 4. **Investir Eficientemente nos Serviços Públicos:** Melhorar a eficiência do SNS e da segurança social para maximizar o retorno sobre o investimento público e garantir que os recursos chegam aos cidadãos que mais precisam.

Ver os imigrantes como o único salvador é uma narrativa sedutora, mas perigosa, pois desvia o foco do trabalho árduo e necessário que precisa ser feito para garantir um futuro sustentável para o bem-estar social de todas as pessoas que vivem em Portugal, nacionais e estrangeiras.

Síntese Estratégica: Integrando Dados para uma Visão Holística do Futuro do Sistema

A análise aprofundada dos dados relativos ao sistema de saúde e segurança social em Portugal revela uma paisagem complexa, marcada por desafios sistémicos endógenos que transcendem a discussão sobre a imigração. A investigação inicial, focada na análise quantitativa de múltiplas dimensões — desde o acesso ao médico de família à contribuição dos estrangeiros — permite extrair conclusões estratégicas cruciais para a formulação de políticas públicas sustentáveis. A síntese destes dados conduz a uma visão holística que desmistifica narrativas simplistas e aponta para a necessidade de uma abordagem multifacetada e coordenada para garantir o futuro do SNS e do sistema de segurança social português.

Primeiramente, a crise do acesso universal à saúde, manifestada pelo número crescente de cidadãos portugueses sem um médico de família, emerge como um problema intrínseco e urgente [10] [20]. Esta não é uma consequência da imigração, mas sim uma falha estrutural de gestão e investimento no próprio sistema de cuidados primários. A sobrecarga dos serviços de urgência e a deterioração dos resultados de saúde para as populações mais vulneráveis são as consequências diretas desta falha [8] [12]. A prioridade estratégica número um deve, portanto, ser a revitalização e o reforço da rede de cuidados primários. Investir na prevenção, na gestão integrada de doenças crónicas e na digitalização dos processos de consulta e triagem é a intervenção mais eficiente e económica para aliviar a pressão sobre os hospitais e para preparar o sistema para a pressão demográfica futura.

Em segundo lugar, a análise da contribuição dos trabalhadores estrangeiros refuta de forma conclusiva a ideia de que eles "sustentam isoladamente" a Segurança Social [44]. Eles são um contribuinte vital, crucial para mitigar a pressão demográfica e para o crescimento económico, mas não são o único pilar. O sistema é sustentado por um equilíbrio complexo que depende fundamentalmente das contribuições dos trabalhadores nacionais, da dinâmica demográfica, da produtividade económica e de decisões políticas

sobre a gestão orçamental [2] [3]. A falácia reside em ver os imigrantes como uma solução mágica para um problema sistémico de longo prazo. A política de imigração deve, portanto, ser vista como uma componente de uma estratégia mais ampla de gestão da força de trabalho e do bem-estar social, e não como um remédio para as fraquezas estruturais do sistema de pensões.

Terceiramente, a sustentabilidade financeira do SNS está em risco não por uma única causa, mas por uma convergência de fatores. A pressão assistencial crescente, impulsionada pelo envelhecimento da população, e a necessidade de modernização tecnológica e organizacional criam uma dupla pressão orçamental [11] [45]. As projeções, embora não detalhadas nas fontes fornecidas, sugerem que o sistema opera numa zona de risco elevado, dependendo de cenários de produtividade e gestão eficientes para evitar uma deterioração dos seus saldos financeiros. A solução não passa por aumentar indiscriminadamente os impostos, mas sim por otimizar a utilização de recursos existentes, investir em eficiência e mudar a cultura do sistema de reativo para proativo.

Finalmente, a heterogeneidade do impacto da imigração deve ser reconhecida. Os beneficiários estrangeiros do SNS não formam um grupo monolítico; a sua experiência de acesso aos serviços de saúde varia enormemente com base na sua situação legal, nível educacional e capacidade de integração [29] [38]. Políticas públicas devem ser adaptadas para abordar estas disparidades, garantindo que o direito universal à saúde se traduz em acesso efetivo e equitativo para todos os residentes.

Em suma, o futuro do sistema de saúde e segurança social em Portugal depende de uma mudança de paradigma. Em vez de buscar soluções simplistas e isoladas, a estratégia deve centrar-se numa abordagem integrada que combine investimento prioritário em cuidados primários, reformas estruturais no sistema de pensões para gerir a demografia, políticas económicas que promovam a produtividade e crescimento, e um programa de integração social e de saúde para os residentes estrangeiros. A sustentabilidade não será alcançada por uma única medida, mas sim através de um esforço concertado e coerente que reconheça a interdependência de todos estes elementos.

Referência

1. [PDF] Towards a Unified Social Benefit in Portugal | OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/09/towards-a-unified-social-benefit-in-portugal_b8708a46/29d04b2b-en.pdf
2. Social security contributions - OECD https://www.oecd.org/en/data/indicators/social-security-contributions.html
3. Strengthening labour market resilience in the face of skill shortages ... https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-surveys-portugal-2026_025b3445-en/full-report/strengthening-labour-market-resilience-in-the-face-of-skill-shortages-and-ageing_4c3ecd4d.html
4. Facts and figures on intra-EU labour mobility and EU social security ... https://employment-social-affairs.ec.europa.eu/policies-and-activities/moving-working-europe/facts-and-figures-intra-eu-labour-mobility-and-eu-social-security-coordination_en
5. Overview: Taxing Wages 2025 - OECD https://www.oecd.org/en/publications/taxing-wages-2025_b3a95829-en/full-report/overview_715add19.html
6. Republic of Poland: 2024 Article IV Consultation-Press Release https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2025/006/article-A001-en.xml
7. [PDF] PortUgal - Perfil de saúde do país 2025 - OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/pt/publications/reports/2025/12/country-health-profile-2025-country-notes_7e72146d/portugal_6d4acb43/01e93b2b-pt.pdf
8. Estratificação da população pelo risco em Portugal - ResearchGate https://www.researchgate.net/publication/382529945_Estratificacao_da_populacao_pelo_risco_em_Portugal_desafios_e_perspetivas_para_2024
9. Atualização do Registo Nacional de Utentes em Portugal | TikTok https://www.tiktok.com/@arthurzenaide.pt/video/7531448031661526328
10. [PDF] PortUgal - Country Health Profile 2025 - OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/12/country-health-profile-2025-country-notes_7e72146d/portugal_6d4acb43/56041c8e-en.pdf
11. [PDF] Portugal - Public Health - European Commission https://health.ec.europa.eu/system/files/2023-12/2023_chp_pt_english.pdf

12. [PDF] OECD Economic Surveys: Portugal 2026 (EN) https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/01/oecd-economic-surveys-portugal-2026_0ea012e6/025b3445-en.pdf
13. International Migration Outlook 2025 | OECD https://www.oecd.org/en/publications/international-migration-outlook-2025_ae26c893-en/full-report/recent-developments-in-international-migration-movements-and-labour-market-inclusion-of-immigrants_203de29e.html
14. OECD Economic Surveys: Spain 2025 https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-surveys-spain-2025_abc5c435-en/full-report/better-harnessing-the-labour-market-potential-of-older-workers-and-migrants_7c035025.html
15. [PDF] Posting of third-country nationals: contracting chains, recruitment ... https://www.ela.europa.eu/sites/default/files/2025-06/Third_country_nationals_report.pdf
16. [PDF] OECD Reviews of Labour Market and Social Policies: Romania 2025 https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/06/oecd-reviews-of-labour-market-and-social-policies-romania-2025_e63230e7/f0532908-en.pdf
17. [PDF] boletim estatístico sobre proteção social de cabo verde, 2021-2023 https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-12/BoletimEstat%C3%ADstico_CV_2021-23.pdf
18. [PDF] Indicadores de Integração de Imigrantes 2023 - Poder360 https://static.poder360.com.br/2024/08/OM-Portugal-2023.pdf
19. [PDF] Boletim de Estatísticas da Protecção Social de Angola.pdf https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-12/Boletim%20de%20Estat%C3%ADsticas%20da%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Social%20de%20Angola.pdf
20. Primary health care coverage in Portugal: the promise of a general ... https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11316367/
21. [PDF] PROTEÇÃO SOCIAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_905985.pdf
22. [PDF] Documento do programa do PNUD para Angola 2024 - 2028 https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2025-01/cpd_angola_pt.pdf
23. Portuguese population density distribution according to NUTS II ... https://www.researchgate.net/figure/Portuguese-population-density-distribution-according-to-NUTS-II-NUTS-II-Nomenclature-of_fig1_280588300
24. [PDF] Delivering Quality Services to All in Alentejo - OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2022/04/delivering-quality-services-to-all-in-alentejo_f917c9ca/63ffb4d7-en.pdf
25. [PDF] labour supply and employment in the euro area countries ... https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpops/ecbocp87.pdf

26. Migrant access to social security and healthcare in Italy: policies and ... https://www.researchgate.net/publication/264378297_Migrant_access_to_social_security_and_healthcare_in_Italy_policies_and_practices
27. [PDF] Combating the Illegal Employment of Foreign Workers | OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2000/07/combating-the-illegal-employment-of-foreign-workers_g1gh21af/9789264182394-en.pdf
28. [PDF] Do Bilateral Social Security Agreements Deliver on the Portability https://documents1.worldbank.org/curated/en/380411467296864200/pdf/106186-REVISED-PUBLIC-1605.pdf
29. [PDF] Counteracting undeclared work and labour exploitation of third https://www.ela.europa.eu/sites/default/files/2023-12/counteracting-undeclared-work-labour-exploitation-third-country-national-workers.pdf
30. [PDF] Trade and Migration | OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2004/07/trade-and-migration_g1gh4550/9789264016408-en.pdf
31. [PDF] Programa de Fortalecimento da Protecção Social- KWENDA, P169779 https://documents1.worldbank.org/curated/en/099145002202333257/pdf/P16977903d7e060920b8db0abf77e8cb1d6.pdf
32. [PDF] Mutual learning workshop on 'Access to social protection for artists' https://employment-social-affairs.ec.europa.eu/document/download/35fc2979-6d08-42c7-91b0-8e063d766717_en?filename=Thematic%20discussion%20paper.pdf
33. [PDF] Social Economy in Europe (EN) - OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/12/social-economy-in-europe_2599a910/3432de93-en.pdf
34. [PDF] review of taxation policies in eu member states https://taxation-customs.ec.europa.eu/system/files/2023-08/ART%20-%20Report%202023_Digital%20Version_1.pdf
35. [PDF] Leveraging immigration for Croatia's ProsPerity https://documents1.worldbank.org/curated/en/099040225154038048/pdf/P502260-1d11d85b-5854-4de2-87a3-1a72f697daec.pdf
36. [PDF] International Migration Outlook 2023 | OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/10/international-migration-outlook-2023_0faed233/b0f40584-en.pdf
37. [PDF] Recruiting Immigrant Workers: Japan 2024 | OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/recruiting-immigrant-workers-japan-2024_0034390d/0e5a10e3-en.pdf

38. [PDF] Skills and Labour Market Integration of Immigrants and their ... - OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/06/skills-and-labour-market-integration-of-immigrants-and-their-children-in-flanders_b2ef5df8/4ea309cb-en.pdf
39. [PDF] A fact finding analysis on the impact on the Member States' social ... https://ec.europa.eu/employment_social/empl_portal/facebook/20131014%20GHK%20study%20web_EU%20migration.pdf
40. [PDF] Perspectives on Global Development 2017 | OECD https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2016/12/perspectives-on-global-development-2017_g1g718ba/persp_glob_dev-2017-en.pdf
41. Acquisition of citizenship statistics - Statistics Explained - Eurostat https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Acquisition_of_citizenship_statistics
42. [PDF] Your social security rights in Portugal - European Commission https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=13770&langId=en
43. [PDF] Country factsheet 2023: Portugal - Migration and Home Affairs https://home-affairs.ec.europa.eu/document/download/8931d3e4-97aa-4176-8247-9c87a275e3e1_en?filename=2025_EMN-PT_factsheet.pdf
44. Portugal: Migrants contribute enough to fund 17% of pensions https://home-affairs.ec.europa.eu/news/portugal-migrants-contribute-enough-fund-17-pensions-2025-01-16_en
45. [PDF] TBB 2026 - Portugal - KPMG International https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmgsites/xx/pdf/2023/01/TBB-Portugal.pdf.coredownload.inline.pdf